

Penitenciária Estadual da Pedra Grande Estudo da Instituição Penal entre 1935 – 1945

..... Viviani Poyer*

R e s u m o

Através deste artigo, procuro expressar alguns dos diversos ângulos possíveis para se visualizar uma instituição penal, mais especificamente a Penitenciária da Pedra Grande, símbolo de modernismo para as elites e dirigentes da época, possível de ser concretizada graças ao poder de um saber técnico. Estes, porém, são apenas os primeiros passos de algo que está nascendo, pois, num segundo momento da minha pesquisa, buscarei desvendar um pouco mais sobre o sufocado e oprimido cotidiano da Pedra Grande.

Palavras-Chave: penitenciária - reforma - poder - saber técnico

A b s t r a c t

In this article, I seek to express the possibility of some different angles for visualizing a penal institution, specifically the Pedra Grande Penitentiary, a symbol of modernism to the elite and administrators of these times, that was completed, thanks to the power of technical know-how. These are, however, only the first steps to something that is just beginning, because in the second part of my research, I set out to discover a little more about the suffocated and oppressed daily life in Pedra Grande.

Key words: Penitentiary - reform - power - technical knowledge.

Este artigo visa expor alguns dos resultados iniciais da minha pesquisa sobre o sistema penitenciário em Florianópolis, entre 1935 e 1945, período que se deu a ampliação e reforma da Penitenciária Estadual da Pedra Grande. Para tal, foi necessário retroceder algumas décadas para melhor visualizar o contexto florianopolitano, que tentava se adequar aos modernos padrões de vida dos grandes centros urbanos. Assim, tomo, como bom ponto de partida, a notícia publicada no Jornal A República em 07/10/1926, intitulada "Uma Penitenciária". Nela a proposta do então governador Adolpho Konder, de construir uma instituição penal em Florianópolis, passa a ser definida na medida em que tal obra "hoje em dia faz parte da normalidade do aparelho administrativo de todas as sociedades cultas".¹ Afinal, a situação da estrutura carcerária no Estado era precária. Evidência disto são os relatos em jornais da época e os próprios relatórios dos Diretores da Penitenciária. As palavras que são usadas nestes documentos, "trevas, morte,

* Graduada em História em 1996 pela UDESC. Ingressou no mestrado em História na UFSC em 1998. Orientador Prof. Dr. Sérgio Schmitz.

¹ Jornal A República 07/10/1926.

masmorras”, nos passam a imagem criada para representar as condições do sistema prisional naquele momento.

“Quase todos os criminosos condenados no Estado vem cumprir pena nas cadeias de Florianópolis, São José, São Francisco ou Laguna. A primeira, para consolo da dignidade da Capital, vai desaparecer dentro em breve. A de Laguna, embora construída há uns doze anos, no andar térreo do edifício do fórum, tem todos os erros das construções coloniais do mesmo gênero. A de São Francisco passa por ser a mais segura do Estado. É um caixão bediondo, com paredes de alvenaria descomunais, onde se sepultam os réprobos perigosos, para, no isolamento e na treva, aguçarem a temibilidade. A de São Francisco é uma masmorra célebre. É um monumento de impiedade. O réu penetra nela com duas condenações: a da liberdade e da saúde. A tuberculose leva a todos a sua visita sinistra e faz daquele ambiente uma cultura da morte.”²

Dez dias após a publicação deste artigo, o governador Adolpho Konder sancionou a lei aprovada pelo Congresso Estadual que criava um estabelecimento penal responsável pela implantação em Santa Catarina do regime penitenciário nacional.

A lei Estadual número 1547/1926 designava para a instituição a contratação de um diretor, um chefe de seção penal, um escriturário, um cozinheiro, oito guardas, um chefe da seção industrial e um professor.

Construída no atual bairro da Trindade, a Penitenciária Estadual da Pedra Grande foi planejada para conter celas, quatro oficinas, enfermaria e cozinha. Seu modelo de funcionamento, seguindo à experiência de São Paulo, foi “d’Auburn moderado.”³ Nele a administração das penas centrava-se na segregação dos presos em celas individuais durante a noite e trabalhos durante o dia, contudo, quando foi inaugurada, em setembro de 1930, era uma grande casa com lotação para setenta presos, cozinha e não possuía espaço para enfermaria e tão pouco tinha muros. De imediato, lá foram encerrados vinte presos. Mais tarde encaminharam-se para a instituição detentos de diferentes cadeias do interior de Santa Catarina.

Para as elites locais, havia-se completado, com grande esforço e deligência, uma obra moderna que muito iria contribuir para colocar a Cidade e o Estado nos trilhos da civilização. Mas, ao que tudo indica, para além dos olhos destas elites, a penitenciária era apenas uma realidade que já de início havia se transformado em um feito do passado. A Pedra Grande, ao que parece, no período de funcionamento entre 1930 e 1935, havia se transformado em um grande depósito de pessoas indesejáveis à sociedade. Todo tipo de desviado, que não se adequava aos padrões modernos e civilizatórios que as elites pretendiam instaurar na cidade, criminosos, menores abandonados e menores infratores,

² Idem.

³ Criado em 1821 em Nova York, o sistema d’Auburn é um regime penitenciário que pretende condicionar o apenado pelo trabalho, disciplina e silêncio.

tuberculosos, leprosos e loucos, todos vivendo em conjunto, em um ambiente longe de ser considerado uma instituição moderna.

Se nos primeiros anos de funcionamento, os relatórios procuravam enaltecer os feitos do governo e do novo instrumento de combate à criminalidade, em 1933, na administração do diretor Queiroz de Mesquita, e a partir de 1935, na direção de Edelvito Campelo de Araújo, temos a impressão de que estes documentos iriam mudar de tom e conteúdo.

“A penitenciária da Pedra Grande, localizada em prédio de construção recente, está muito aquém das finalidades que se propõe, desde a sua situação, encravada, por assim dizer numa grande pedra que lhe dificulta e encarece qualquer ampliação, desprovida de muralhas que a isole e proteja, dispondo de número pequeno de celas, com poucas e alinhadas salas, tendo logo à entrada a cozinha, possuindo somente quatro oficinas ainda por organizar, até o pessoal administrativo, sem a devida técnica, tudo faz da penitenciária mais uma grande cadeia, com os inconvenientes todos das grandes prisões. O regime penitenciário falha por completo.”⁴

Em nosso entendimento, a Pedra Grande passou a perder o verdadeiro sentido de uma escola de reabilitação para ganhar os contornos das antigas prisões, tornando-se um grande depósito de indesejáveis.

A pedra localizada atrás do estabelecimento, além da desorganização das oficinas, sugere que a idéia de um regime penitenciário, baseada na recuperação do preso através da disciplina, trabalho e educação, não havia seduzido grande parte dos dirigentes estaduais e funcionários públicos envolvidos. Em 1935, a Penitenciária já tinha como reclusos cento e trinta e seis sentenciados, nove pronunciados, cinco moedeiros falsos, oito comunistas e três presos sem classificação. “Muitos deles (vivendo) em comum, por salas, corredores e enfermarias, dormindo uns sobre velhos colchões, outros pelo chão...”⁵

Junto à instituição correcional funcionava o manicômio que o diretor Edelvito Campelo d’Araújo intitulava “Casa dos Enterrados Vivos”, pois as suas condições eram ainda piores do que a da Pedra Grande. Ali não havia nenhuma preocupação com a higiene ou com o tratamento, tão pouco com o conforto. Para Edelvito, o louco tinha ali a sua sala de morte já que dali só saíam como cadáveres. O hospício funcionava sem nenhuma condição. Dessa maneira “os dementes, em piores estágios de suas doenças, eram enviados para receber tratamento no Hospital de Azambuja e no Hospital Municipal de Joinville. Na mesma situação se encontravam os doentes de lepra, sem um estabelecimento devidamente adequado para lhes tratar.”⁶

Enfim, todo este painel apresentado pelo próprio diretor Edelvito Campelo d’Araújo era preciso ser modificado a fim de que a penitenciária se tornasse uma verdadeira

⁴ Relatório do diretor Queiroz de Mesquita de 1933.

⁵ Idem

⁶ Idem Ibidem.

"escola de regeneração, de forma a restituir à sociedade, quando livres, homens cujo presente seja uma garantia para o futuro, livres dos erros e defeitos que os arrastavam à prática do crime."⁷

Ao que tudo indica, no ano de 1936, deram-se início as reformas da penitenciária, sendo que, na construção do novo pavilhão e outras obras, foram empregados vários sentenciados que já haviam completado dois anos de pena. A partir deste cenário, a Pedra Grande parece ter entrado em uma nova fase, segundo o diretor, "mais científica e menos anacrônica."⁸

Cabe lembrar que, neste período, não só as reformas da penitenciária vieram a atender os interesses da elite florianopolitana, outras obras de considerável expressão foram feitas neste momento. É o caso da construção do abrigo de menores, que ajudou a reduzir o quadro de superlotação da penitenciária, a colônia de alienados Sant'Ana e o leprosário Santa Tereza. Tais ações parecem demonstrar a preocupação do poder governamental em adequar a capital aos moldes de ordem e progresso, pois disputavam, no Brasil e em Santa Catarina, idéias oriundas não mais de uma sociedade rural e aristocrática, mas de um meio urbano, sintonizadas com as reflexões desenvolvidas nas academias de ciências da Europa. Sendo assim, tem-se o advento de um conjunto de esforços para promover reformas urbanas, as quais procuravam adequar o cotidiano das cidades aos imperativos de um mundo moderno.

Este esforço tem em si uma História, em meio à decadência da escravidão e às idéias liberais oriundas da Europa, concretizadas com a proclamação da república, surgiram questões que preocupavam seriamente as elites da época. O Brasil era visto como um país mestiço, taxado por alguns como portador de uma população extremamente feia em função da miscigenação, o que comprometia, segundo esta camada da sociedade, o futuro da nação. Com o passar dos anos, "as teorias raciais ganharam visibilidade e importância no debate público, transformando-se em um instrumento consistente para a manutenção das hierarquias sociais."⁹

No entanto, se no último quartel do século XIX as elites brancas apavoravam-se com a questão do fim da escravidão e com as debilidades do regime, o fortalecimento de instituições acadêmicas como museus, faculdades, etc, proporcionou a elaboração de novas referências para se pensar um projeto político para a nação brasileira. É nesse período que surge a medicina, que passa a enfocar não a doença ou o crime, mas o criminoso. No período estudado, o alvo do Brasil médico será a área de higiene pública, sendo seus objetos igrejas, escolas, portos, cemitérios, locais públicos, as casas de moradia. "Os hábitos deveriam ser moralizados, orientando-se os costumes alimentares e higiênicos controlando seu desvio, e evitando degeneração."¹⁰

⁷ Relatório do diretor Edelvito Campelo D'Araújo de 1936.

⁸ Idem

⁹ Para aprofundar a discussão, sugerimos a leitura de SCHWARCZ, Lilian. **O Espetáculo das Raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁰ SCHWARCZ, Lilian - Op. Cit. p. 227.

Em Desterro/Florianópolis, no final do século passado e início deste, as elites, parece, não fugiram à regra. Através da leitura de jornais da época, percebe-se a influência dos padrões europeus de civilidade, e, também, a tentativa de inserir a cidade em um processo de reorganização urbana e de remodelação dos comportamentos públicos. Todavia, mais do que meras cópias de práticas culturais e políticas oriundas dos grandes centros urbanos do país, este esforço de modernização atendia às demandas políticas e sociais locais.

Estudos como os de Joana Maria Pedro¹¹ e Hermetes Reis de Araújo¹² evidenciaram que uma fração das elites, emergentes na segunda metade do século XIX, no esforço para construir sua hegemonia, tentou reordenar o centro urbano da velha capital provinciana. Ao que tudo indica, esta elite era em grande parte responsável pela elaboração de novas formas de delimitação dos espaços sociais, na medida em que, por travar contatos freqüentes com indivíduos de classes sociais mais baixas, tornou restrito o acesso a todos os ambientes “públicos”, os quais não havia a necessidade da presença de qualquer pessoa que não se enquadrasse aos padrões das famílias abastadas da Capital. No esforço de reorganização do espaço urbano, de remodelação das condutas públicas e de construção de um processo civilizatório nos trópicos, foram repensados os modos de caracterização e os instrumentos de controle de modos de vida indesejáveis, entre eles, as condutas consideradas criminosas.

Para melhor compreender tal problematização de conduta criminosa, os estudos de Michel Foucault¹³ e Michelle Perrot¹⁴ são fundamentais. Foucault, em seus trabalhos, tornou-se especial, pois ousou tomar, por objeto de estudo, as prisões, asilos, hospitais psiquiátricos, não por eles mesmos, originários de um processo evolutivo cujas raízes se perdem no tempo, mas como “locus” instituídos e instituidores no mundo moderno, frutos de uma complexa relação entre poder e conhecimento. Por sua vez, Michelle Perrot afirma que no início do Império francês viu-se uma ruptura com o abandono do sistema celular e a opção pela deportação. Finalmente, no decreto de 27 de fevereiro de 1848, foi abolida a pena de morte em matéria política. Os castigos físicos são proibidos na Marinha e, nas colônias, a pena de espancamento com varas, as punições corporais nas prisões, com a argola fixa na parede, a canga, as algemas atrás das costas estavam proibidas. A pena de exposição pública é abolida. Aos poucos vão se acabando as cenas de punição pública, que por fim serão vistas com maus olhos.¹⁵ Veremos assim que menos de um século separam as transformações no combate à criminalidade, emerge a noção de vigiar e não mais de punir, sendo que este vigiar se constitui principalmente da idéia de privação do direito de liberdade. Segundo Foucault, “a punição vai-se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias conseqüências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata.”¹⁶

¹¹ PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: UFSC, 1994.

¹² ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A Invenção do Litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república**. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História). Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹³ Para esta pesquisa consultamos FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

¹⁴ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

¹⁵ Idem.

¹⁶ FOUCAULT, Michel: Op.cit; 1977. p. 15.

Desse modo, a justiça, longe de se glorificar, pelo uso da força, deveria tentar ao máximo evitar ferir ou matar, daí o objetivo essencial da pena, procurar corrigir, reeducar, usando os trabalhos forçados como instrumento de punição. Esta punição não corporal, principalmente a partir da década de 20, contará com um exército de técnicos, como médicos, psiquiatras, psicólogos e guardas, vindo estes a substituir o próprio carrasco.

Tal perspectiva contribui para lançar algumas luzes sobre o processo que levou às reformas da Pedra Grande e à implantação de um efetivo regime penitenciário em Santa Catarina.

Ao assumir o governo estadual, Nereu Ramos (01-05-1935), ao que parece, com “uma política fortemente voltada para o ideal de nacionalidade, onde caberia ao poder público o papel de construtor de uma sociedade unida, cordial e solidária, traçou, para imediata execução, um largo plano de realizações no antes tão relegado setor da assistência social.

Será então, sob a direção de Edelvito Campelo de Araújo, um magistrado na área de Direito a serviço do governador Nereu Ramos, que a reforma da penitenciária se tornará possível. Assim, logo que Edelvito assumiu, fez o levantamento seguido de um apelo ao governador para se iniciar a reforma.

Já no ano de 1938, tem-se a quase execução da obra do novo pavilhão penitenciário, sendo considerado pela imprensa local como um dos melhores e mais modernos do país. Contando com celas espaçosas, limpas e higiênicas, com serviço sanitário isolado dentro de um pequeno quarto ao fundo, se teve também a construção de sete oficinas bem aparelhadas, uma capela e escola. A reforma, além de ampliar o espaço físico, com a construção de um novo pavilhão, melhorou as condições das oficinas que já existiam, com os seus devidos equipamentos, assim, além de ajudar na formação profissional do sentenciado, como já foi dito, ela também deveria contribuir para elevar a renda do estabelecimento, em proveito da economia estadual. Agora a penitenciária podia ser chamada novamente, ou pela primeira vez, aos olhos das autoridades e da sociedade florianopolitana, como sendo um dos melhores estabelecimentos de reforma.

Parece visível, nos discursos e ações dos dirigentes do governo estadual, uma preocupação intensa, não só com a penitenciária e com a situação da carcerária, mas, também, com a implantação de uma máquina administrativa capaz de produzir informações sobre o crime e os instrumentos disponíveis de combate à criminalidade.

“O Dr. Ivens Araújo, ilustre secretário de Segurança Pública, baixou, ontem, uma portaria, determinando aos delegados de polícia o envio até 15 de fevereiro próximo futuro, dos mapas demonstrativos dos desastres, acidentes e suicídios ocorridos no ano de 1937, assim como a relação das cadeias existentes nos municípios de suas respectivas jurisdições, condições atuais das mesmas, e ainda o número de prisões efetuadas e inquéritos instaurados no mesmo período.”¹⁷

¹⁷ Jornal A Gazeta 08/01/1935.

É claro que esta reforma foi muito dispendiosa para o então governo, mas diante das necessidades que surgiram com uma sociedade moderna, ela teve seu grande êxito, ainda mais que Nereu contava com o apoio de um especialista na área de direito e crime, que, por sua vez, controlava o saber técnico desta nova forma de corrigir o detento e, assim, podia fazer as devidas justificativas à sociedade. Neste ponto, acreditamos ser importante retornarmos à questão aberta. Possivelmente, não existiu uma pressão pública para a reforma da Pedra Grande. Evidência disto é a ausência de notícias alarmantes acerca do crime e da criminalidade em Santa Catarina.

A pressão sistemática para a reordenação daquela instituição penal parece ter sido gerada no interior da Pedra Grande, tendo como sujeitos alguns funcionários e, principalmente os diretores, entre eles, o magistrado Edelvito Campelo d'Araújo. Expressão de uma experiência administrativa, de um comprometimento intenso com uma determinada abordagem do problema da criminalidade.

Seus relatórios, além de descreverem os problemas da instituição, solicitavam aumento nas dotações orçamentárias, apontavam uma série de soluções e seus benefícios para a nova ordem. Em 1944, quando procurou fazer um balanço das suas atividades à frente da Penitenciária da Pedra Grande, Edelvito de Araújo buscou apontar alguns dos parâmetros que nortearam e justificaram seu trabalho.

"Hoje, apenas tratamento, como único meio utilitário da defesa quer da sociedade quer do agente.

A profilaxia, pela prevenção, a repressão, pela reforma, eis o sentido das mais atuais conquistas da ciência penal.

A reforma, tendo por fim a readaptação à vida coletiva, de modo a ter cada detento, em suas próprias mãos, as chaves que um dia lhe hão de abrir a sua própria prisão".¹⁸

Assim, através de um conjunto de idéias de natureza ora positivista, ora evolucionista social, percebemos um deslocamento da atenção do crime em si, para a conduta criminosa. O crime, embora cometido individualmente, era considerado uma doença que atingia o corpo social, cabendo ao Estado promover "medidas de prevenção, (...) saneamento, tanto quanto possível, integral da própria sociedade moderna (...)."¹⁹

O modo como estes dirigentes compreendiam suas tarefas distingue-se totalmente das antigas práticas coloniais e imperiais. Os outros, os miseráveis de diferentes origens étnicas, não são percebidos como membros de entidades coletivas. Para os novos governantes, paradoxalmente, todos os seres faziam parte de uma mesma humanidade. Entendiam, como sua tarefa, combater a recusa, a incapacidade para lidar com as benesses e dramas do mundo urbano. Acreditavam piamente, nesse sentido, na possibilidade dos diferentes campos da ciência colaborarem para, através do controle e manejo da população, evitar os conflitos sociais e dominar o medo deste outro de face fúgida - os pobres, miseráveis e transgressores de todos os matizes.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem Ibidem.

"(...) E, então, voltareis à sociedade, não como réprobos que podereis parecer quando dela saístes. Mas como elemento valorizado redimido, que sereis.

*Penitenciários: a liberdade, pela redenção*²⁰

Este parece ter sido o sentido das reformas efetuadas entre 1936 e 1944 na Penitenciária Estadual da Pedra Grande.

B i b l i o g r a f i a

ARAUJO, Hermetes Reis de. A Invenção do Litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História). Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CORRÊA, Carlos Humberto. Nereu Ramos. Florianópolis: FCC, 1988. 160p.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 6ª ed. 1985. 295p.

HUNT, Lyn. A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MIRANDA, Antônio Luiz. O Sistema Penitenciário em Florianópolis. Criminalidade e reformas urbanas na cidade durante a década de 20 e início dos anos 30. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História). Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. 1997, mimeo.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe. Florianópolis: UFSC, 1994.

_____. Nas Tramas entre o Público e o Privado: a imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis.

PEREIRA, Ivonete. Imagens de Prostitutas. Um enfoque da sociedade florianopolitana na primeira metade do século XX. Esboços. Florianópolis: UFSC, nº 21, 1994. Pp.26-36.

PERROT, Michelle. Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 1988. 332p.

²⁰ Idem Ibidem.

RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287p.